

IMAGINAÇÃO, CRIATIVIDADE E UTOPIA

Victoria Nicolielo Reginatto & João Pedro Braga de Carvalho***

O ano de 2021 foi para todos um grande desafio, seja na seara da crise sanitária, seja no campo acadêmico. Como sabido, a produção científica se mostrou ameaçada ao longo do ano, especialmente, devido aos graves acontecimentos causados pela má gestão na educação e pelo desinteresse político em ciência — principalmente com as humanidades — e tecnologia. Mesmo com as dificuldades potencializadas pelas mais de meio milhão de mortes em nosso país, elevou-se o volume de trabalho nas universidades públicas por meio da relativização da jornada de trabalho acadêmico, e ainda assim, foi necessário que lidar com a falha na plataforma do currículo *lattes*, o corte de orçamento nas bolsas de graduação e os recorrentes ataques públicos à legitimidade científica.

Esse desafiador cenário, para a Equipe Editorial da Revista de Ciências do Estado, foi enfrentado através de três dimensões: da criatividade, da imaginação e da utopia. A criatividade pode ser refletida pela grande reforma estrutural em nosso site, cujas informações e diretrizes foram completamente repensadas, discutidas e atualizadas, sempre priorizando o que viria a ser a cultura institucional da REVICE, baseada especialmente na história do bacharelado em Ciências do Estado da UFMG. Além dos textos em si, alteramos criativamente o modo de avaliar nossa atuação enquanto editores discentes e chegamos a novas conclusões sobre *como e para que* este Corpo Editorial trabalharia. Em consequência, criou-se, através de longas reuniões, uma declaração de ética própria de nossa Revista, que há de guiar nossas ações neste periódico.

A imaginação esteve presente nas mudanças estéticas de editoração, mas, também e principalmente, no estabelecimento de ideais comuns pela própria Equipe. Tais ideais científicos e acadêmicos, porquanto discentes, nos guiaram na direção do que se tornou o primeiro evento organizado exclusivamente pela REVICE: o I Encontro Internacional da Revista de Ciências do Estado. Nele, conseguimos efetivar e refletir tudo aquilo que já havíamos discutido durante as mudanças estruturais: a partir de “um perfil de intensa interdisciplinaridade” conseguir estabelecer um “diálogo transversal com as diversas áreas do conhecimento em Humanidades” constituindo, assim um “ambiente qualificado para

* Editora-chefe da Revista de Ciências do Estado. Graduanda em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

** Editor-chefe adjunto da Revista de Ciências do Estado. Graduando em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

discussão de temas que exigem abordagens diferenciadas e metodologias inovadoras, capazes de fazer frente aos desafios contemporâneos”. Não faltou imaginação nas potentes conferências magnas e nas interessantes palestras do IEIREVICE, que viriam a se tornar trabalhos constitutivos do atual número e cujo sucesso muito se deve à parceria com o Portal de Periódicos da UFMG, instituição de referência no suporte da produção científica de nossa universidade.

Não é bastante, quando se busca construir algo realmente relevante, criatividade e imaginação; essas são as bases, mas é preciso imaginar criativamente onde se quer chegar: é urgente um pensamento utópico, não como algo inalcançável e impossível, mas como norte maior e orientador de nosso comportamento do presente. Ora, a REVICE de hoje, no seu quinto aniversário — motivação maior para a organização do Encontro —, era uma utopia aos primeiros alunos que em uma folha de caderno rasgada rabiscaram o primeiro nome do periódico que eles almejavam fundar. Utopicamente, queríamos realizar muito mais no ano de 2021, mas longe de nos desviarmos do objetivo principal foi possível nos colocarmos em sua senda, que já revela seus tons de sucesso perante a renovação do Conselho Editorial, as entrevistas realizadas ao longo do ano e o maior volume de trabalhos publicados em um número na história da Revista de Ciências do Estado.

O dossiê *Estudos brasileiros: utopias democráticas e imaginação institucional* foi a unidade entre criatividade, imaginação e utopia. Neste número, o leitor encontrará 30 trabalhos publicados, entre eles 13 manuscritos que compõem o dossiê, 13 artigos de temática livre, 2 ensaios, 1 tradução e, por fim, a inédita entrevista concedida pelo Prof. Dr. Roberto Mangabeira Unger.

A seção dedicada ao dossiê inicia-se pelo trabalho do Prof. Dr. Philippe Oliveira de Almeida intitulado *Apocalypse sem revelação? Profecia e crítica em Mangabeira Unger*, que realiza uma análise acerca da relação entre a visão profética e crítica das ideologias no pensamento do filósofo brasileiro Roberto Mangabeira Unger. Além disso, o autor trabalha com os *Critical Legal Studies* e elenca, ainda, sua análise da obra *The religion of future*, de tal pensador. Em seguida, os professores doutores Carlos Sávio G. Teixeira e Tiago Medeiros Araújo apresentam o artigo *O Construtivismo Institucional e a Democracia Brasileira*, no qual se trabalha a relação entre a consciência institucional brasileira e a operação das instituições brasileiras a partir de uma análise dividida em cinco pontos: “O problema político: a democracia brasileira e as promessas irrealizáveis”; “O problema teórico: a consciência institucional e o pensamento político e social contemporâneo”; “A alternativa

teórica: o transcendentismo institucional -um outro caminho para pensar as instituições”; “A alternativa prática: O construtivismo institucional e suas contribuições”; e, por fim, “Conclusão: o futuro da democracia como construção e experimento”. Na sequência, o texto *Estado do Direito & Direito do Estado; Fraternidade Humanística e Sentido de Estado para o Direito de Hoje*, do Prof. Catedrático Paulo Ferreira da Cunha, discute aspectos contemporâneos do Estado e do Direito, apontando desde a urgência do caráter social desses até questões ligadas à Justiça e às constituições, por exemplo. Em seguida, o texto em castelhano *Límites de la hiperespecialización Necesidad de la macrofilosofía*, do Prof. Dr. Gonçal Mayos Solsona, aborda o pensamento macrofilosófico, relacionando-o com a hiperespecialização das áreas acadêmicas nos tempos presentes. O texto trata, ainda, da urgência de novos pensamentos “macro”, responsáveis pelo equilíbrio entre os conhecimentos das diversas áreas de saber. Esses últimos dois textos foram frutos, respectivamente, da Conferência Magna de Abertura e da Conferência Magna de Encerramento do I Encontro Internacional da Revista de Ciências do Estado. Proximamente O texto *A Primeira República Brasileira e o Supremo Tribunal Federal: aprender com o passado para não errar no presente e melhorar no futuro*, de Cícero José Barbosa Nery Júnior, discute o papel constitucional do Poder Judiciário na inauguração da República Brasileira, abordando, mais especificamente, o papel do Supremo Tribunal Federal à época. Na sequência, o trabalho *O desenvolvimentismo no Brasil*, de Sírllei de Sá Moura e Gabriel de Souza Oliveira e Silva, trata das atuais demandas do nacional desenvolvimentismo brasileiro, a partir de uma digressão histórica albergada nos pensamentos de Celso Furtado e João Antônio de Paula. Em seguida, o texto *Razões para uma Ditadura: Mário Pessoa e o Direito da Segurança Nacional*, de Lucas de Souza Prates, aborda o pensamento de Mário Pessoa na obra “Doutrina de Segurança Nacional” e realiza um diálogo com os estudos feitos pelo Prof. Dr. David Gomes acerca da obra de Manoel Gonçalves Ferreira Filho, além de trabalhar com conceitos da teoria da constituição e as tradições jurídicas brasileiras. Em diante, intitulado *Democracia política e democracia econômica nos duzentos anos do Brasil: trajetória e imaginação institucional*, o texto de autoria do Prof. Dr. Lucas Fucci Amato debate a obra de Roberto Mangabeira Unger e argumenta que as formas jurídicas prevalentes desde a independência subordinaram as demandas democráticas à institucionalidade ora mais liberal, ora mais social e desenvolvimentista. O trabalho ainda realiza um balanço histórico e desenha um programa institucional centrado na interdependência entre democracia política e democracia econômica no contexto brasileiro.

Nesse caminho, o trabalho *Experimentalismo institucional como antítese ao conservadorismo da crítica jurídica* de Gustavo Dalpupo de Lara desenvolve um raciocínio acerca das teorias críticas do Direito, a partir de autores como Leonel Severo Rocha, Luis Alberto Warat e Guilherme Roman Borges, e relaciona as problemáticas desenvolvidas por tais autores com o pensamento de Roberto Mangabeira Unger acerca do experimentalismo institucional e democrático, em oposição às tendências conservadoras das críticas jurídicas. Em seguida, intitulado *Federalismo e Democracia*, o artigo do Prof. Titular José Luiz Borges Horta apresenta uma análise acerca do federalismo, da divisão entre os poderes e suas relações com a democracia, a partir da investigação de temas centrais da Teoria do Estado e da experiência política brasileira, tanto em uma perspectiva histórica quanto no que se refere às inúmeras crises do tempo presente. Na sequência, o artigo *Tradição e imaginário na diplomacia brasileira: considerações sobre a figura mítica do Barão de Rio Branco*, de Pedro Luiz Rodrigues Barreto, reflete acerca da construção mitológica do Barão de Rio Branco no imaginário diplomático brasileiro, a partir da análise de recursos simbólicos e ideológicos em torno da personalidade histórica em questão. Ao final desta seção, o trabalho *Estado e Educação no construtivismo institucional de Anísio Teixeira* de Rafael Valladão Rocha apresenta o conteúdo da obra de Anísio Teixeira sob a ótica das estruturas institucionais, além de utilizar-se das noções de Estado e Educação como norteadores e referenciais teóricos para políticas educacionais e para o funcionamento da administração pública.

Já os artigos de temática livre começam a partir do trabalho intitulado *A iniciação científica no ensino jurídico brasileiro* de Elenice Rolemberg Santos que abrange a importância da iniciação científica e como se deu o seu desenvolvimento no Brasil, por meio de um levantamento bibliográfico e da análise de dados disponibilizados pelos órgãos de fomento do desenvolvimento à pesquisa nas universidades brasileiras. Na sequência, o texto *Disputa de narrativas sobre a ditadura civil-militar em decisões do Supremo Tribunal Federal: o que representa 31 de março de 1964 na decisão de Suspensão de Liminar 1.326/RN?*, de Júlia Guimarães, analisa a decisão monocrática do Ministro Dias Toffoli, na Suspensão de Liminar 1.326/RN, ao discutir seu papel na disputa de narrativas sobre o período da ditadura civil-militar brasileira. Em seguida, o trabalho *Teorias interseccionais brasileiras precoces e inominadas*, de autoria da Profa. Dra. Nathália Lipovetsky e de Diego Márcio Ferreira Casemiro, traz um breve levantamento teórico-cronológico acerca do conceito de interseccionalidade e do feminismo interseccional que dele se origina, e analisa

as variações existentes neste conceito, e caracteriza-o como uma ferramenta metodológico-analítica indispensável para a compreensão das sociedades contemporâneas. Neste caminho, intitulado *A atuação do STF na Primeira República: uma análise sobre a path dependency nos anos 1914 a 1924*, o texto de autoria do Prof. Dr. Mauro Macedo Campos, da Profa. Dra. Taís de Cássia Badaró Alves e de Sávio da Silva Abreu realiza uma análise histórica acerca da recorrência das deliberações do STF para caracterizar o modus operandi da corte em face da dinâmica institucional, abrangendo a atuação do Supremo Tribunal Federal na Primeira República nos anos de 1914 a 1924. O trabalho ainda dispõe como vetor explicativo a *path dependency*, fundada em elementos contextuais que influem sobre o pragmatismo da instituição em questão. Já o texto intitulado *A supralegalidade dos tratados internacionais de direitos humanos em perspectiva: reflexos das diferentes hierarquias no ordenamento jurídico brasileiro* de André Luiz Machado Borges e Fabrizio Jacobucci discute as implicações dos tratados não ratificados pelo STF no Brasil, considerados supralegais, e debate o cumprimento das obrigações internacionais do Brasil advindas de tratados firmados pelo país, a partir da análise de doutrinas, jurisprudências e legislações relevantes ao tema. Em seguida, o artigo *Política criminal petista e sua leitura criminológica (1979-2002)*, de autoria de Ícaro Del Rio Pertence Gomes, realiza uma análise acerca da política criminal desenvolvida pelo Partido dos Trabalhadores entre os anos de 1979 e 2002, ao discutir os temas disponíveis nos documentos elaborados pelo partido como a reforma do sistema prisional e a defesa dos direitos humanos em sede de políticas criminais. Na sequência, de autoria de Eduarda Lorena de Almeida, o artigo intitulado *Un estudio sobre la formación de agenda gubernamental de las políticas de derechos humanos a nivel subnacional en Brasil* apresenta o conjunto teórico disponível acerca das políticas de direitos humanos em nível nacional, além de trabalhar as principais características de tal tema em nível subnacional, a partir de uma análise do orçamento dos estados brasileiros no que se refere à agenda de direitos humanos entre os anos de 2007 e 2018. Em continuação, aparece o trabalho *Os Fantasmas Latino-Americanos: As lutas sociais por direitos e a constituição da Modernidade*, de Rayann Kettuly Massahud de Carvalho, nele é discutida a obra de Aníbal Quijano e sua compreensão descolonial acerca da Modernidade, através da discussão acerca das tensões entre liberdade, desigualdade e cidadania sob a ótica das experiências latino-americanas. Já o artigo *Democracia no Brasil: delineamento preliminar da composição do estoque autoritário*, de Ana Paula Varize Silveira, apresenta um estudo acerca do conceito de “estoque autoritário”, de Conrado Hübner Mendes e o relaciona com estudos e produções

literárias acerca da formação democrática brasileira. Na sequência, intitulado *O sentimento constitucional brasileiro em meio à pandemia Como a era informatizada reformulou o debate público e suscitou discussões sobre predicados estatais diante da calamidade sanitária atual?*, o artigo de Sofia Seabra Fagundes de Q. Guimarães estabelece um diálogo entre os estudos acerca do sentimento constitucional e a convivência no espaço virtual durante a pandemia de COVID-19, relacionando temas como a Teoria Geral do Estado, a Filosofia Constitucional e as revoluções tecnológicas da contemporaneidade. Em seguida, de autoria de Arley Fernandes Teixeira, o texto *Os usos do direito e a questão social em Evaristo de Moraes* discute, a partir do pensamento de Evaristo de Moraes, o papel destinado ao direito e à legislação social pela doutrina jurídica socialista no início do século XX, ao debater as recentes crises dos direitos sociais no Brasil. Nesta senda, intitulado *Das medidas de segurança às políticas de encarceramento em massa: a realidade dos inimputáveis no ordenamento jurídico e nos hospitais de custódia no contexto brasileiro*, o artigo de autoria do Prof. Dr. Rodrigo Marques Leistner e de Luana Ferraz Pinto aborda a problemática relativa à situação dos inimputáveis no ordenamento jurídico brasileiro, e discute os processos concretos de privação de liberdade desses, a partir da observação das experiências dos sujeitos em hospitais de custódia no Rio Grande do Sul. Enfim, o artigo intitulado *O regime aduaneiro especial de drawback como estímulo econômico às operações industriais na Zona Franca de Manaus*, de Bruna Vieira Esteves dos Santos aborda o benefício fiscal do drawback nas operações industriais da Zona Franca de Manaus, ao demonstrar a importância de tal instituto para o desenvolvimento da região em questão.

Na seção de ensaios, contamos com dois textos especiais, frutos do I Encontro Internacional da Revista de Ciências do Estado, o primeiro de autoria Profa. Titular Mônica Sette Lopes tem o título *Descobrimo a pergunta: dialética da pesquisa* e aborda a importância da pergunta na delimitação de um problema na pesquisa, além de aprofundar-se em autores da metodologia de pesquisa e tratar da pesquisa em Ciências do Estado, por exemplo. O segundo, intitulado *Estado do Direito e Direito do Estado Comentários à Conferência do Professor Dr. Paulo Ferreira da Cunha*, de autoria da Profa. Dra. Karine Salgado aborda a crise da democracia contemporânea a partir das reflexões da conferência do Prof. Dr. Paulo Ferreira da Cunha; o que no primeiro momento parece ser uma singela contribuição à apresentação realizada na Conferência Magna, se revela uma conferência a parte e encanta intensamente este número.

A tradução publicada neste número se intitula *O otimismo contra a utopia; Uma luta ideológica e semântica*, fruto do trabalho inicialmente publicado em francês na revista *Europe*, de autoria de Laurent Loty, historiador dos imaginários e das ideias científicas e políticas no CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique - Sorbonne Université, Paris); a tradutora do relevante trabalho é a pesquisadora Renata Aparecida Martinussi Schang, cuja pesquisa tem como sujeito o papel da obra de arte na filosofia de Herbert Marcuse. O trabalho de Loty vai de encontro com a noção de utopia dentro de Marcuse, o qual apresenta um projeto de uma sociedade emancipada e regulada por uma moral libidinal é pensada no modo não pejorativo de utopia, ao contrário, assumindo toda força política que a imaginação pode fornecer para a transformação da realidade.

O número conta, ainda, com a inédita entrevista *Imaginação Institucional: a vanguarda rebelde do pensamento brasileiro* concedida à Revista de Ciências do Estado pelo Professor Doutor Roberto Mangabeira Unger, Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre e Doutor pela Escola de Direito da Universidade de Harvard (MA), onde se tornou um dos professores mais jovens a receber estabilidade, continuando a lecionar nela até hoje. Nesta entrevista, Mangabeira Unger mostra mais uma vez a criatividade, ousadia e perspicácia que marcam sua obra, discorrendo sobre *Estudos Brasileiros, Pensamento Jurídico-Político, Colonialismo Mental, O Papel do Estado e da Universidade, os Impactos da Pandemia de COVID-19*, entre outros temas. O Corpo Editorial da REVICE, juntamente aos professores doutores Philippe Oliveira de Almeida e Carlos Sávio Teixeira, espera que a leitura dessas novas contribuições de Unger seja inspiradora e instigue os leitores a imaginar futuros possíveis.

Este foi um número construído a muitas mãos. Por fim, agradecemos às autoras e aos autores que confiaram à Revista de Ciências do Estado a publicação de seus trabalhos, aos pareceristas pela parceria e empenho em todo processo de tramitação e a todos aqueles que fazem desta revista um espaço de reflexão e troca, continuaremos com nosso objetivo de promover discussões atuais e essenciais.